

3.

Posicionamento teórico da pesquisa

3.1.

Identities: das propostas teóricas das ciências sociais para a vida na sala de aula.

A questão das identidades vem sendo importante não apenas para a análise do discurso, mas também para as ciências sociais em geral (HALL, 1998). Cabe a pergunta: o que está havendo no mundo social que não havia antes, quando as identidades não pareciam ser foco de interesse?

O sociólogo Stuart Hall¹, em suas discussões sobre a modernidade, traz uma observação que parece definir suficientemente, a priori, a causa do interesse das ciências sociais pelas identidades:

as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 1998, p.7)

O que acontece, então, para Hall, é uma “crise de identidade”, consequência das mudanças sociais que vêm acontecendo desde o fim do século XX, e assim, reconstruindo e ampliando a ideia que tínhamos de sujeito e das formas de projetar nossa(s) identidade(s). Podemos entender que o interesse pelas identidades surge como tentativa de compreender o mundo que nos cerca e que papéis estão sendo exercidos pelos indivíduos. Sobre isso, Hall acrescenta que as sociedades modernas são “por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente”², e faz pensar que compreender que identidades estão em questão na vida da sociedade é o passo fundamental para compreender a própria sociedade moderna.

Quanto ao nível da mudança, Hall (GIDDENS, 1990, p. 6, *apud* HALL, 1998, p.15), afirma: “à medida em que áreas diferentes do globo são postas em

¹ A identidade cultural na pós-modernidade, 1998.

² Idem, Ibidem, p.14.

interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra" — e a natureza das instituições modernas. Dessa forma, justifico a importância de buscar novos entendimentos sobre como essas mudanças alteraram e ainda alteram as configurações identitárias de uma sala de aula.

Defendo a pesquisa acadêmica que entende a sala de aula como um espaço de interação no qual existem, além dos aprendizados curriculares tradicionais, trocas e aprendizados de vida. Reconhecer que o que acontece “lá fora” também acontece na sala de aula é um primeiro passo no processo de entender como estamos vivendo o momento de reconfiguração das identidades de cada indivíduo.

A respeito de como o que se entendia como autoidentidade vem mudando drasticamente ao longo do tempo, Hall aponta que:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as ‘necessidades’ objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 1998, p.12)

Quais outras identidades professores e alunos constroem e projetam na sala de aula além de professores e alunos? Quais outras identidades podem ser percebidas nas interações entre participantes de uma aula? Ter um olhar disposto a perceber que os jovens (alunos) que, desde algumas décadas, se mostram tão “problemáticos”, estão, na verdade, dando sinais da complexidade do contato com várias outras pessoas, também compõe o norte que tomaremos para debater. Para isso, usarei outros recursos de análise que serão apresentados nas próximas seções.

Com relação à questão que iniciou essa seção (por que estudamos construção de identidades em análise do discurso?), Giddens (2002, p.74 *apud* MOCELLIM³, A. 2008, p.15) responde que “a trajetória do eu depende da coerência do discurso a respeito do passado, depende da apropriação do passado para objetivos futuros”. O que pode nos levar a crer que estudamos identidades

³ Artigo “A questão da identidade em Giddens e Bauman”, Revista Em Tese, Vol.5, n.1, 2008 (http://www.emtese.ufsc.br/2008/vol5_1art1.pdf - acessado pela última vez em 07/06/2012).

em análise do discurso porque é por meio delas que os discursos de constroem, ao passo que é pelo estudo do discurso que construímos novos entendimentos sobre as novas identidades do momento histórico e social em que vivemos.

As narrativas não acontecem deslocadas do mundo social. Elas acontecem na e pela linguagem *em interação*. Para compreender o discurso que está sendo realizado em qualquer mensagem, é impreterível considerar o contexto em que ela aconteceu⁴. O contexto, por sua vez, é constituído do Outro⁵ da interação.

3.2 O Outro.

Quando um indivíduo chega à presença de outros, estes, geralmente, procuram obter informação a seu respeito ou trazem à baila a que já possuem. Estarão interessados na sua situação socioeconômica geral, no que pensa de si mesmo, na atitude a respeito deles, capacidade, confiança que merece, etc. [...] A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. (GOFFMAN, 2009, p.11)

Quando se adota um paradigma de análise interacional do discurso, propõe-se perceber as construções das identidades considerando o Outro, isto é, o conceito de identidade individual, ou auto-identidade, nas palavras de Giddens (apud MOCCELLIM, 2008), realiza-se na presença de outro indivíduo e com a presença deste.

É fundamental esclarecer que consideraremos, para a análise dos dados da presente pesquisa, que a individualidade de alguém implica adotar a alteridade como parte formadora da identidade⁶. Para Ricoeur, inclusive, a alteridade é constitutiva da individualidade, não uma justaposição⁷, tomando, portanto, uma

⁴ Justifica-se aqui, mais uma vez, a escolha pela *sociolingüística interacional* como caminho para análise dos dados que virão, pois nela, o contexto é entendido como criação conjunta de todos os participantes.

⁵ Adoto a grafia “Outro” (com primeira letra em maiúsculo) para estabelecer distinção entre “outro”, tomando este segundo como aquele com que a interação se realiza diretamente, isto é, aquele de quem se compartilha a presença física, e o primeiro (Outro), como o “outro generalizado” (SARANGI, 2008, p.28), isto é, qualquer outro indivíduo com que se estabeleça uma interação.

⁶ RICOEUR, 1992:3 *apud* SARANGI, 2010, p.28

⁷ Idem, *Ibidem*, p.28.

posição de construção dialética⁸ das identidades. Assim, todas as identidades que exercemos em sociedade são, de alguma maneira, co-construídas com aqueles com quem interagimos e estamos interagindo.

Arundale (2006) pontua que o “eu social” é visto como uma pessoa/indivíduo inseparavelmente entrelaçado com os outros com quem ele/ela interage.

Em uma interação entre duas pessoas, por exemplo, não somos o UM e a outra pessoa o OUTRO. Cada um é o UM e o OUTRO ao mesmo tempo, numa negociação constante de projeções de si e do outro. Vale ressaltar que quando nos referimos/categorizamos alguém como “o Outro”, a impressão que fica é a de que ele está em segundo plano na interação e a de que alguém outro está em primeiro plano. Se a negociação de papéis sociais é inerente a uma interação face a face, não há participante em segundo plano. O Outro da interação é tão agente quanto o participante em foco (o UM). Moita Lopes⁹ cita Fairclough no que diz respeito à agência dos participantes de uma interação discursiva, afirmando que “não estamos meramente posicionados, de forma passiva, mas somos capazes também de atuar como agentes (FAIRCLOUGH, 1992:61 apud MOITA LOPES, L.P., 2001, p.59).

Cada identidade deve ser continuamente legitimada¹⁰, seja na interação corrente, seja nas narrativas que fazemos sobre as experiências de interações passadas. Porém, três perspectivas sobre a construção das identidades precisam estar claras e, sobre elas, falamos na seção seguinte.

3.3 Reflexividade, dialogicidade, situacionalidade e tipos de identidades.

Quando se adota uma perspectiva interacional de construção das identidades, acredita-se que elas se (re)construam no processo da interação. Um indivíduo elabora, mais ou menos, a maneira como pretende ser percebido pelo outro e o outro, além de fazer o mesmo trabalho, legitima ou não aquela identidade pretendida pelo primeiro. Porém, não nascemos com uma série de

⁸ ARUNDALE, 2006.

⁹ Artigo “Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista.”, In: *Narrativa, Identidade e Clínica*, 2001.

¹⁰ McCALL e SIMMONS, 1996:163 apud SARANGI, 2008, p.29.

scripts prontos a serem escolhidos e realizados na interação. “O que está acontecendo aqui?”, numa situação de encontro face a face, só pode ser inferido quando observamos como cada participante “sinaliza e sustenta o contexto interacional em curso”¹¹. Todavia, cabe uma pergunta: como os participantes sabem, a cada interação, como podem se portar para reivindicar uma identidade X? Se as identidades são construídas na interação, a cada interação os participantes partem, então, do início, isto é, do vazio?

Para responder a essas questões, é imprescindível conhecer conceitos que, unidos, dão uma clareza maior de como se realiza o processo.

O sociólogo Anthony Giddens (2002) usa o termo *reflexividade* para definir a característica de construção de identidades por meio de narrativas produzidas e sustentadas ao longo das interações nas quais participamos. Ele diz que “a construção de uma identidade coerente depende de uma narrativa sobre si”¹² e que o *eu*:

é visto como um projeto reflexivo, pelo qual o indivíduo é responsável. Somos não o que somos, mas o que fazemos de nós mesmos. Não seria correto dizer que o eu é visto como inteiramente vazio de conteúdo, pois há processos psicológicos de formação do eu e necessidades psicológicas, que fornecem os parâmetros para a reorganização do eu. Por outro lado, o que o indivíduo se torna depende das tarefas de reconstrução nas quais se envolve. (GIDDENS, 2002, p. 74)

Apesar do caráter reflexivo individual da construção das identidades segundo Giddens, fica claro que se consideram também outros aspectos, como o psicológico, que determinarão como cada um reagirá diante de situações vividas. Além disso, o autor sugere que a reconstrução das identidades também dependerá das escolhas que os indivíduos fazem nas interações com outros. Somos, então, o resultado da “integração das experiências da vida cotidiana com a narrativa do auto-desenvolvimento individual”¹³.

Com o conceito da sustentação de narrativas pessoais como formadoras das identidades (GIDDENS, 2002), retornamos à necessidade de observação e consideração do Outro nesse processo. Narramos nossas experiências para que o Outro nos reconheça e legitime as identidades que pretendemos construir.

¹¹ RIBEIRO, B. T. & GARCEZ, P. M. [orgs.], 2002 – p.8

¹² GIDDENS, 2002, p.75 *apud* MOCELLIM¹², A. 2008, p.16

¹³ Idem, Ibidem, p.17.

Entretanto, por que narramos? Pra quem narramos e como escolhemos o que narramos?

Harvey Sacks¹⁴ sugere que contamos histórias (e com isso produzimos narrativas) para tentarmos ser/nos mostrar comuns. A nossa reação diante de um evento estranho costuma ser aquela que qualquer pessoa normal teria. Mas como podemos nos ocupar em ser comum? Segundo Sacks a resposta seria simples: é passar o tempo fazendo coisas comuns, tendo pensamentos comuns, interesses comuns. Não para fazermos todas as coisas que todo mundo faz, mas para que possamos saber o que as pessoas fazem e com isso identificar o que é comum ou não. Portanto, a forma como transformamos experiências incomuns em narrativas é uma das maneiras de nos mostrarmos comuns. Para o autor, as coisas que vivenciamos são incomuns, visto que cada pessoa as percebe de uma maneira pessoal. Mas não narramos para mostrar que o que aconteceu foi incomum, mas para mostrar que nos portamos como pessoas comuns diante do inesperado, do incomum. Entende-se, então, que as narrativas que construímos e contamos para dar forma às identidades têm foco na necessidade de aceitação do outro, tanto para que seja mantida a interação, como para legitimar a imagem de nós mesmos pelas quais queremos ser reconhecidos.

Além da construção de narrativas de experiência de vida, existe outra característica das interações que precisa ser considerada na análise discursiva da construção das identidades: a situação social em que ela acontece.

Goffman (2002) aponta para a negligência¹⁵ dos estudiosos das ciências sociais no que toca à situação social em que se dá determinado encontro social. Ele observa que mesmo para “descrevermos um gesto, teremos que apresentar o cenário material e humano no qual o gesto é feito” (2002, p.15). Ainda, desacredita que o tratamento – que vinha sendo – dado às situações sociais pelos pesquisadores sociais abarcava somente o *status* social dos participantes (superior-inferior, inferior-superior e iguais) fazendo com que as interpretações viessem das deduções a partir, somente, dos atributos da estrutura social, em vez de considerarem, também, os “valores agregados a esses atributos na forma como são reconhecidos na situação imediata, enquanto ela acontece”.

¹⁴ Tradução do artigo “On doing ‘being ordinary’” de Harvey Sacks (1984), sob o título “Ocupando-se em ‘ser comum’”, publicado na Revista Veredas Online, 1/2007, p. 165-181.

¹⁵ Artigo “A situação negligenciada” (“The Neglected Situation”, 1964), de Erving Goffman, traduzido por Pedro M. Garcez em *Sociolinguística Interacional*, 2002.

Para o sociólogo, *situação social* seria um ambiente que proporciona possibilidades mútuas de monitoramento, “qualquer lugar em que um indivíduo se encontra acessível aos sentidos nus de todos os outros que estão ‘presentes’, e para quem os outros indivíduos são acessíveis de forma semelhante”. Seria como dizer que quando dois ou mais indivíduos iniciam uma interação em presença um do outro e que essa interação dure até que reste apenas um participante no ambiente, surge, ali, uma situação social, com atributos em jogo que estão além do *status social* e compreende todo o arranjo social (se os participantes estão face a face ou ao telefone, se a situação é formal ou informal, se são de gêneros diferentes ou iguais, se há plateia ou se os participantes estão a sós, onde estavam, etc.). A fala na interação face a face, segundo Goffman (2002), “é socialmente organizada”, não apenas considerando quem fala para quem, mas considerando “um pequeno sistema de ações face a face que são *mutuamente ratificados e ritualmente governados*¹⁶”, gerando, então, um encontro social.

Portanto, a situação social de uma interação face a face pressupõe que os participantes partilhem conhecimentos a respeito dos sinais e inferências prováveis do outro participante. É preciso então que se compartilhem conhecimentos sociais para estabelecer e manter a interação.

Herbert H. Clark (1996, p.92) apontava para uma proposta teórica em que:

“tudo o que fazemos está enraizado em informações que possuímos sobre o ambiente, atividades, percepções, emoções, planos e interesses. Tudo o que fazemos em conjunto com outros também está enraizado nessas informações, mas somente nas informações que acreditamos serem compartilhadas. A esta noção, chama-se “terreno comum”¹⁷,”

Para Clark, o “terreno comum” entre dois ou mais indivíduos é a base para o estabelecimento e manutenção da interação. O autor afirma que qualquer consideração sobre o uso da língua que compreenda o contexto/situação, deve ter o “terreno comum” como princípio. A maioria das abordagens, ainda segundo Clark, não explicitam em qual contexto a interação acontece, mas confia em nossa intuição sobre a circunstância de cada elocução¹⁸.

A noção de “terreno comum” foi introduzida por Stalnaker (1978; cf. KARTTUNEN and PETERS) baseado em noções anteriores que incluíam

¹⁶ GOFFMAN, 2002, p.18.

¹⁷ No original: “common ground”.

¹⁸ CLARK, HERBERT, 1996, p. 92.

conhecimento comum (LEWIS, 1969), *conhecimento mútuo* ou *crença* (SCHIFFER, 1972), e *conhecimento compartilhado* (McCARTHY, 1990). O “terreno comum” seria, então, “a soma dos conhecimentos mútuos, comuns ou compartilhados, as crenças, e suposições”¹⁹. Mais considerações e aplicações das noções de terreno comum serão apresentadas na seção de análise dos dados.

Por realizarmos nossas interações face a face baseados nos conhecimentos que adquirimos por interações passadas, “acumulamos” informações sobre as situações e sobre as identidades e performances possíveis nos nossos meios sociais comuns. Para Berger e Luckmann²⁰ (*apud* SARANGI, 2010, p.29), a identidade é um fenômeno que emerge da dialética entre o indivíduo e a sociedade. Porém, não se pode negar a existência de elementos estáveis da realidade objetiva social aos quais os autores chamam de *tipos de identidade*. Os tipos de identidade referem-se a conhecimentos que acumulamos sobre que identidades poderão ser realizadas em cada situação de interação (ex: sabemos como nos portar em uma consulta médica por, baseados em experiências passadas, termos conhecimento de como atuam o médico e o paciente, ou reconhecemos quem é o professor na sala de aula por conhecermos, da mesma forma, que identidades e discursos fazem parte de uma aula na escola.).

Os autores²¹ afirmam que as identidades individuais não são formadas em um *vacuum social*. Pois, mesmo que sejam construídas dialeticamente, não partimos, a cada interação, de um conhecimento, digamos, “zero” sobre o que pode acontecer ali. Iniciamos cada interação considerando o conhecimento que construímos sobre os papéis que estão em jogo naquela interação.

Portanto, o “terreno comum” nos permite não só estabelecermos a comunicação com o Outro, como pôr em ação os conhecimentos que compartilhamos sobre os papéis e as performances dos participantes, isto é, um médico compartilha com seu paciente informações prévias sobre a atuação provável um do outro e, à medida que a interação inicia, legitimarão esses conhecimentos. Assim, então, será estabelecida a base para a interação.

O que Sarangi (2010) aponta, entretanto, é que a identidade individual em uma interação não é realizada apenas pela performance de um único papel para

¹⁹ CLARK, 1996, p. 93

²⁰ Para os autores, “a realidade é construída socialmente e a sociologia do conhecimento deve analisar o processo em que este fato ocorre” (BERGER e LUCKMANN, 1996, p.11).

²¹ *Apud* SARANGI, 2010, p.29.

cada participante. Possuímos o que o autor chama de *conjunto de papéis* para cada tipo de identidade que exercemos. Essa perspectiva será a mais importante para a análise dos dados da presente pesquisa e é apresentada na seção seguinte.

3.4. Status e papel.

A perspectiva que adoto para a análise das construções de identidades, na presente pesquisa, privilegia, como já dito, o aspecto dialético entre o eu (*self*) e o Outro, entre o indivíduo e a sociedade (SARANGI, 2010, p.30).

Sarangi aponta para uma perspectiva que reconhece a estrutura das identidades por meio de dois aspectos: o do *status* e o do *papel* do indivíduo.

Apoiando-se nas considerações de Linton (1971 [1945]), Sarangi (2010, p.30) define *status* como “a posição de um indivíduo no sistema de prestígio da sociedade, enquanto que o *papel* refere-se à “soma total de padrões culturais associados a um *status* em particular”, isto é, as relações que cada *status* nos permite criar com outros indivíduos. Da mesma maneira, Sarangi considera que “o *papel* é um aspecto dinâmico do *status*: o que um indivíduo precisa fazer para validar sua ocupação do *status*”.

A questão do *status* é socialmente mais simples de ser reconhecida. Podemos ter vários *status* como, médica, professor, mãe, advogado, amigo. Alguns, podem ser parte das identidades de um mesmo indivíduo. Porém, para ocupar um *status*, um indivíduo precisa, além de ser reconhecido e autorizado socialmente a ocupá-lo, desempenhar os *papéis* que configuram, também socialmente, aquele *status*. De outra maneira, o desempenho discursivo do indivíduo é que o legitimará diante dos outros como ocupante do *status* em questão.

Portanto, a função dos papéis na construção das identidades torna-se fundamental para a compreensão da complexidade das identidades que assumimos.

Guiado por fontes do próprio Sarangi (2010), aprofundo a proposta de um olhar voltado para os *papéis* pela perspectiva de Berger e Luckmann (1966) que definem *papel* considerando que:

as origens de qualquer ordem institucional consistem na tipificação dos desempenhos de um indivíduo e dos outros. Isto implica que o primeiro tem em comum com os outros finalidades específicas e fases entrelaçadas de desempenho e, ainda mais, que são tipificadas não apenas ações específicas, mas formas de ação. Isto é, haverá o reconhecimento não somente de um particular ator que executa uma ação do tipo X, mas da ação tipo X sendo executada por *qualquer* ator a quem possa ser plausivelmente imputada a estrutura de conveniências em questão. (BERGER e LUCKMANN, 1966, p.101)

Sabendo que cada indivíduo, em sociedade, é construído por discursos que dão forma a várias identidades, tomaremos o termo *papel* como um conjunto de ações que são reconhecidas socialmente na interação como pertencente a um *tipo* de identidade. Para Berger e Luckmann (1966, p.103), os atuantes de uma interação são apreendidos não como indivíduos únicos, mas como *tipos* e, por definição, estes *tipos* são intercambiáveis. Assim, por meio da experiência social, os indivíduos passam a se reconhecer por meio dos tipos de ações que realizam, pois interagimos por meio de ações geralmente conhecidas, recorrentes e repetíveis por *qualquer* ator do tipo adequado. A tomada desses tipos de ação por parte de um indivíduo tem, ainda segundo os autores, consequências muito importantes para a auto-experiência, pois, “no curso da ação ocorre uma identificação da personalidade com o sentido objetivo das ações, e a ação que está sendo executada determina, nesse momento, a autocompreensão do ator e isto no sentido objetivo que foi socialmente atribuído à ação” (idem, p.102).

Os *papéis* tornam-se perceptíveis, portanto, quando a tipificação dos atores ocorre no “contexto de um acervo objetivado de conhecimentos comum a uma coletividade de atores”. Os *papéis*, na proposta teórica de Berger e Luckmann, “são tipos de atores neste contexto²²”, e é ao desempenhar papéis que o indivíduo participa do mundo social e ao interiorizar esses papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele.

São os *papéis* que “representam²³” a ordem social intitucional. Segundo os autores supracitados, esta representação realiza-se em dois níveis:

Primeiramente a execução do papel representa a si mesma. Por exemplo, empenhar-se em julgar é representar o papel do juiz. O

²² Berger e Luckmann consideram que, embora sua argumentação use termos estranhos a Mead, sua concepção de *papel* é muito próxima a dele, pretendendo ser uma extensão da *teoria do papel* de Mead em um quadro de referência mais amplo, a saber, aquele que inclui uma teoria das instituições. (BERGER e LUCKMANN, 1996, P103)

²³ Berger e Luckmann destacam o termo “representação” em relação ao uso feito por Durheim, sendo que o daqueles propõe-se a um alcance mais amplo que o deste.

indivíduo julgador não está atuando “por sua conta”, mas *qua* juiz. Em segundo lugar, o papel representa uma completa necessidade institucional de conduta. O papel do juiz relaciona-se com outros papéis, cuja totalidade compreende a instituição da lei. O juiz atua como representante desta instituição. Somente mediante esta representação em papéis desempenhados é que a instituição pode manifestar-se na experiência real. (BERGER e LUCKMANN, 1966, p.104)

Seguindo e fazendo uma apropriação extensiva do exemplo dos autores na citação acima a respeito do juiz e do papel do juiz, trazemos a proposta de Sarangi (2010) ao que ele chama de *conjunto de papéis*²⁴. Segundo a perspectiva de Linton (*apud* SARANGI, 2010, p.37), “cada *status* tem seu papel distintivo, além de que um *status* em particular tem um arranjo de papéis associados a ele, isto é, um *conjunto de papéis*”. Sarangi acrescenta que “os papéis são transformados ao longo do tempo e que existem múltiplos papéis disponíveis para cada indivíduo dentro de uma dada atividade, mas alguns desses papéis podem ser situacionalmente ambivalentes e conflitantes” (SARANGI, 2010, p.31).

Como exemplo de conjunto de papéis em um mesmo status social, Sarangi, citando Merton (1968:423-424) sugere o estudante de medicina, que além do papel que desempenha na relação com seus professores, ainda precisam gerenciar um conjunto de outros papéis que fazem parte desse *status* em relação aos outros estudantes, enfermeiras, médicos, assistentes sociais, etc.

Porém, Merton (*apud* SARANGI 2010, p.37) afirma que *as relações* não são somente entre o ocupante de um status em particular e cada membro do conjunto de papéis, mas, sempre potencialmente e frequentemente, na verdade, entre os membros do próprio *conjunto de papéis*. O *status*, então, é configurado pelo gerenciamento do seu ocupante em relação ao seu próprio conjunto de papéis. Todavia, existe a questão dos *papéis múltiplos*²⁵, identificados por sociólogos, ainda segundo Merton, que referem-se ao complexo de papéis associados, não a um único *status*, mas a vários *status* (frequentemente, em diferentes esferas institucionais) em que os indivíduos se encontrem. Assim, os papéis podem ser conectados por diferentes *status* como professora, esposa, mãe.

²⁴ *Role-set*, no original (SARANGI, 2010)

²⁵ O conceito de *múltiplos papéis* será extremamente útil à análise dos dados desta pesquisa no tocante aos papéis que os alunos gerenciam relacionados a outros status que não os de alunos da escola.

Outros aspectos relacionados aos *conjuntos de papéis* serão considerados na análise mais extensa dos dados.

A seguir, apresentarei fragmentos de relatos produzidos pelos alunos da turma 1001 e por mim ao longo do ano letivo de 2012 para mostrar de onde emergem as razões para a escolha dessa perspectiva teórica como base de análise.

3.4.1.

Expressões dêiticas como unidades de análise.

Para auxiliar a análise do gerenciamento de papéis nos dados gerados, utilizarei como ferramenta, a *dêixis*, que é um termo oriundo do grego que significa apontar ou indicar. A partir dos termos dêiticos, somos capazes de indicar lugar, pessoa e tempo em uma dada enunciação.

Não farei vastas observações sobre os aspectos e variantes dos termos dêiticos, focando, simplesmente, na dêixis social que, segundo Levinson (2007, p.65):

diz respeito à codificação de distinções sociais relativas aos papéis dos participantes, particularmente a aspectos da relação social entre o falante e o(s) destinatário(s) ou entre o falante e algum referente.

Complementando, a dêixis social, segundo Levinson (2007) refere-se:

aos aspectos das sentenças que refletem, estabelecem, ou são determinados por certas realidades da situação social em que o ato de fala ocorre. (Fillmore, 1975, p.76 *apud* Levinson, 2007, p.110)

E assim como Levinson, restringirei o termo aos aspectos da estrutura da língua que codificam as identidades sociais dos participantes (que são propriamente os titulares dos papéis de participantes) e a relação social entre eles²⁶.

Segundo o autor, existem dois tipos de informações socialmente dêiticas: a relacional e a absoluta. Nossa análise se apropriará, apenas, da variedade relacional que se constitui quatro níveis:

²⁶ Idem, p.110

- (i) falante e referente (por exemplo, honoríficos que se aplicam aos referentes)
- (ii) falante e destinatário (por exemplo, honoríficos que se aplicam ao destinatário)
- (iii) falante e espectador (por exemplo, honoríficos que se aplicam aos espectador ou ao público)
- (iv) falante e ambiente (por exemplo, níveis de formalidade)

Termos honoríficos, em primeira instância, trazem a ideia de termos honrosos, isto é, normalmente utilizados em interações com diferenças de níveis hierárquicos. Porém, aqui, esses termos terão o sentido de distintivos sociais, havendo ou não diferenças hierárquicas (sabendo-se que existe a relação aluno-professor em questão). Servirão para evidenciar, como já dito, como a variação de referenciação ao Outro ocorre nos dados.

Concebendo a perspectiva de que não existem referenciações sociais neutras, isto é, formas de se referir a outra pessoa que não acarretem possibilidades interpretativas, a dêixis social relacional como instrumento de auxílio à análise desempenha uma importância fundamental para esta análise.